

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROMILDO ANTONIO DA SILVA

**O PAPEL DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO CONTINUADA DE BOMBEIROS
MILITARES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR.**

FLORIANÓPOLIS (SC)

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROMILDO ANTONIO DA SILVA

**O PAPEL DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO CONTINUADA DE BOMBEIROS
MILITARES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem – Eixo Temático Urgência e Emergência do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Profa. Orientadora: Dra. Lucia Amante

FLORIANÓPOLIS (SC)

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

O trabalho intitulado O PAPEL DO ENFERMEIRO NA EDUCAÇÃO CONTINUADA DE BOMBEIROS MILITARES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR de autoria do aluno **ROMILDO ANTONIO DA SILVA** foi examinado e avaliado pela banca avaliadora, sendo considerado **APROVADO** no Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem – Área de Urgência e Emergência.

Profa. Dra. Lucia Amante
Orientadora da Monografia

Profa. Dra. Vânia Marli Schubert Backes
Coordenadora do Curso

Profa. Dra. Flávia Regina Souza Ramos
Coordenadora de Monografia

DEDICATÓRIA

A minha companheira e amiga de todos os dias Rosilene Maciel, e a todos os profissionais Bombeiros Militares e demais Profissionais que atuam nos serviços de APH.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso bom Deus por todas as maravilhas que me concedeu na vida;

À minha Amada companheira Rosilene que sempre esteve ao meu lado me auxiliando e dando carinho e apoio para continuar a caminhada ao aprendizado;

Aos meus pais: Antonio e Antonia, à meus filhos: Cíntia e Ismael, à minha sogra D. Vera, a Tia Dáia e ao Amigo Jorge (Delasanta), os quais sempre me apoiaram e me incentivaram.

À minha Profa. Dra. Lucia Amante que orientou este estudo acreditando no meu potencial e me instigando a crescer, pela paciência e carinho, pelos ensinamentos e pela compreensão de minhas dificuldades e limitações;

À coordenação do curso;

A todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização desse trabalho;

A todos o meu muito obrigado!!!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
3 MÉTODO.....	14
4 RESULTADO E ANÁLISE.....	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	19

RESUMO

Surgido da necessidade de uma resposta ao aumento de óbitos e sequelas decorrente principalmente de causas externas, o APH no Brasil, segue o modelo Americano e o Francês. Sendo assim, este estudo busca contribuir para o aperfeiçoamento do serviço através do desenvolvimento de uma proposta para uma educação efetiva e permanente dos militares que estão inseridos no APH. O modelo Americano geralmente é composto por pessoas não oriundas da área de saúde, como é o caso do serviço prestado pelos corpos de Bombeiros Militar, os quais seus integrantes são capacitados a prestar suporte básico de vida. Contudo, devido a gravidade e o aumento das ocorrências, o serviço por eles prestado carece de aperfeiçoamento técnico e científico para se chegar ao nível que a sociedade precisa. Dessa forma evidencia-se a importância e necessária implementação de Enfermeiros em seus quadros de pessoal, para que assim, possam somar esforços no tocante a assistência direta ao paciente grave sob risco de morte, bem como na elaboração de programas de educação continuada que proporcione a formação, capacitação e habilitação adequada de Bombeiros Militares inseridos no serviço de APH, e por vez, desenvolver projetos de insumos tecnológicos para a área de APH.

Palavras-chave: Atendimento Pré-Hospitalar, Bombeiro Militar, Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira e mundial, o atendimento nas áreas de urgência e emergência tem crescido e se tornado cada vez mais expressivo. Fato este gerado principalmente pela constatação de que, segundo BARRETO, VIEIRA e PINHEIRO (2001), o trauma nas duas últimas décadas do século 20, ter assumido um dos primeiros lugares entre as causas de morte, tendo afetado mais os jovens, acarretando grande perda social, seja pelos prejuízos para o sistema público de saúde decorrente do aumento nos gastos para tratamento e recuperação de feridos, ou pelos gastos do sistema previdenciário pelos auxílios pagos por invalidez temporária ou permanente e pelas pensões pagas por motes do contribuinte. Tal fenômeno tem motivado o surgimento de diversos serviços de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) no Brasil, tal qual afirmam Gentil, Ramos e Whitaker (2008), ao se referirem sobre a motivação do surgimento de vários serviços de saúde públicos e privados de APH e de remoção inter-hospitalar ao focarem sobre o reconhecimento da efetividade da assistência precoce às pessoas em situação de emergência.

De acordo com Lopes e Fernandes (1999) podemos definir APH, como sendo qualquer tipo de assistência realizada fora do âmbito hospitalar, seja ela de forma direta ou indireta, tendo por objetivo principal a manutenção da vida e/ou a minimização das sequelas resultantes de um acidente ou agravos súbitos de saúde. Este atendimento pode ser realizado por intermédio de diversos meios e métodos disponíveis, possibilitando uma resposta adequada à situação, que pode variar desde uma orientação de como se deve proceder, ao envio de uma equipe de socorro ao local da ocorrência. Desse modo, os serviços de APH são constituídos tanto por profissionais oriundos da área de saúde como de outras áreas a exemplo, os Bombeiros Militares que fazem parte da área de segurança pública e atuam no serviço de atendimento pré-hospitalar, motivo esse, pelo qual a Política Nacional de Atenção às Urgências aponta que a urgência não se constitui em uma especialidade de Enfermagem ou de medicina (BRASIL, 2006).

De igual modo, Ciconet, Marques e Lima (2008) salientam que o tempo e a forma de atendimento nos casos de urgências e emergências configuram fatores importantes de risco de morte, pelo qual requer intervenção competente, segura e livre de risco, destacando com isso, a necessidade de preparação específica dos profissionais que atuam no APH, inclusive para aqueles não oriundos da área da saúde, como é o caso dos Bombeiros Militares.

Assim como afirma Ribeiro (2000), o APH envolve todas as ações que ocorrem antes da chegada do vitimado ao ambiente hospitalar por pessoas oriundas e não oriundas da área da Saúde, que podem influir positiva ou negativamente nas taxas de morbidade e mortalidade por trauma, violências ou agravos súbitos de saúde. Nesse sentido, o que vai fazer com que a taxa de sobrevivida aumente são exatamente as ações fundamentais de uma assistência qualificada no local da ocorrência; o transporte adequado e a chegada precoce ao hospital. Todavia isso poderá não ser possível se os profissionais inseridos no serviço não tiverem a qualificação necessária e indispensável para a atuação nesses ambientes, e não passarem periodicamente por treinamentos e cursos de atualização.

Nos tempos atuais com o avanço tecnológico em meio a uma economia globalizada, a crescente variedade de ocorrências (acidentes, agravos súbitos da saúde e violências) e ritmo com que ocorrem, vem exigindo um constante aperfeiçoamento técnico profissional das equipes de socorro; para o qual a contínua atualização de conhecimentos tornou-se indispensável para a manutenção do sistema social.

Para Ramos e Sanna (2005), o APH carece ainda de uma maior participação do enfermeiro na estruturação dos serviços, no desenvolvimento de ações educativas e no gerenciamento do serviço. Tal como afirmam Adão e Santos (2012) compete aos enfermeiros do APH móvel tomarem parte nas diversas relações de seu espaço de trabalho com consciência, e com vistas a suprir às necessidades específicas dos sujeitos, garantindo com isso, cuidados de forma humana, competente e integral. E é com esse pensamento que se destaca e se evidencia a importância da participação do enfermeiro na formação e na educação continuada de Bombeiros Militares que atuam em APH.

A realização do projeto de Prática Assistencial nesta área deu-se pelo vínculo que tenho como componente dos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, acrescida da minha vivência profissional Bombeiro, até o presente na área de APH, e objetiva, comprovar e divulgar a importância e necessidade da inserção de enfermeiros no serviço de APH do Corpo de Bombeiros Militar, para ações de intervenção direta nas ocorrências de maior gravidade como também na educação continuada de Bombeiros que atuam em APH, favorecendo assim a melhoria contínua dos serviços prestados por essa instituição à população.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Ferrari (2006), no Brasil o surgimento dos serviços de emergência pré-hospitalar foi influenciado pelos modelos americano e francês e segundo Martinez e Nitschke (1999) o histórico do serviço de APH no Brasil tem ligação com a instituição militar tendo seu o primeiro registro em 1899, quando o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (CBMRJ), pôs em operação a primeira ambulância de tração animal, com intuito de prestar socorro à população.

Contudo, segundo Ferrari (2006), foi só a partir de 1900, após as I e II grandes Guerras, que surgiram os primeiros modelos motorizados de ambulâncias aprimoradas e melhor adequadas ao serviço, primeiramente utilizadas pelas equipes especializadas como as da Cruz Vermelha Internacional e depois assimiladas pelos serviços dos Corpos de Bombeiros Militares Brasileiros.

O Bombeiro Militar, de acordo com Ferreira (2004) é um indivíduo que pertence a uma instituição de assistência pública encarregada de combater incêndios, fazer salvamentos e socorrer acidentados em diversos tipos de sinistros. Este mencionado profissional no contexto institucional, de acordo com o Regulamento da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco criado pelo decreto estadual nº 22.149/00, tem por atribuições legais dentre outras obrigações: realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndio, de resgate, busca e salvamento (PERNAMBUCO, 2000).

Martins (2004) afirma que desde o início da década de noventa, quando foi lançado pelo Ministério da Saúde o Programa de Enfrentamento às Emergências e Traumas (PEET), diversos projetos de APH prestado pelos Corpos de Bombeiros Militares Estaduais, surgiram, expandiram-se e predominaram em todo o Brasil. Na ocasião do lançamento do referido programa ministerial, os Bombeiros Militares foram capacitados a partir de um curso nacionalmente padronizado, passando a serem também denominados de socorristas.

Mais que socorristas, Monteiro et al. (2006) afirmam que no imaginário social a palavra *Bombeiro*, na maioria das vezes, aparece repleta de um sentido de abnegação, heroísmo e certeza de salvação. Atestam ser de fato, tarefa de um Bombeiro Militar, todo e qualquer tipo de socorro, destacando entre eles: o serviço de combate e resgate de vítimas em incêndios; a prestação dos primeiros socorros e resgate em situação de acidentes, violências ou mal súbito; realização de buscas e salvamentos terrestres e aquáticos; ajuda em situações de calamidades como destelhamentos e desabamentos, realização de salvamento em altura; captura de animais; corte de

árvores; vistorias contra incêndios; realização de palestras preventivas; e partos de emergência na rua, em residências e a caminho do hospital. Por esse motivo, é dever desses profissionais estar em constante atualização de conhecimentos, e cabe à instituição prover os meios necessários a esse objetivo.

De acordo com Ramos (2005), atualmente o APH no Brasil está estruturado em duas modalidades: sendo um o Suporte Básico à Vida (SBV) e o outro o Suporte Avançado à Vida (SAV). Nesse modelo, o SBV tem a finalidade de preservar a vida, sem realização de manobras invasivas. O atendimento é realizado por pessoas treinadas em primeiros socorros como é o caso dos Bombeiros Militares. Já o SAV tem por características a realização de manobras invasivas, de maior complexidade, portanto sendo realizado exclusivamente por enfermeiros e médicos. Desse modo podemos afirmar que a atuação do enfermeiro no APH está intimamente relacionada à assistência direta ao paciente grave que tem sua vida em risco, e ao treinamento e capacitação de profissionais que atuam nessa área seja no SBV ou no SAV.

Tal como Machado (2007) afirma, no ano de 2002, a Portaria nº 2048 do Ministério da Saúde, de 05 de novembro de 2002, que regulamenta e normatiza o APH, define as funções do Enfermeiro, o perfil desse profissional bem como de toda a equipe que deve atuar nesse serviço, sejam eles oriundos ou não da área da Saúde. E de acordo com essa Portaria, os enfermeiros do APH possuem, entre outras atribuições, o dever de participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde em urgências, particularmente nos programas de educação continuada além de subsidiar os responsáveis pelo desenvolvimento de recursos humanos para as necessidades de educação continuada da equipe (BRASIL, 2002). O sucesso dos serviços de APH tem início no reconhecimento da necessidade de se manter profissionais qualificados que atendam as especificidades do cuidado a ser realizado, durante o APH ou a remoção inter-hospitalar, com vistas à prevenção, proteção e recuperação da saúde.

Ao considerar entre outras coisas, a necessidade no setor público de saúde, em se adotar medidas que possibilite e estimule adequadamente a formação, a capacitação e a educação continuada de profissionais que atuam na área das urgências, o Ministro da Saúde através da Portaria n.º 814/GM Em 01 de junho de 2001 determina que “todos os profissionais que atuam no pré-hospitalar móvel, inclusive os não oriundos da área da saúde, devem ser capacitados e certificados nos Núcleos ou Centros de Educação em Urgências (conforme definidos em Portaria

específica), para fins de sua integração técnica e operativa ao SUS, na atenção pré-hospitalar.” (BRASIL, 2001 pg. 03).

Com a normatização da estrutura e funcionamento dos serviços de APH móveis no Brasil em 2002, por meio da portaria nº 2.048 do Ministério da Saúde, foi estabelecido entre outras coisas, os, conteúdos, habilidades e cargas horárias mínimas, a respeito da capacitação específica para diversos profissionais que atuam ou desejam atuar em serviços de APH. Essa Portaria propõe também a existência de Núcleos de Educação em Urgências, "que devem se organizar como espaços de saber interinstitucionais de formação, capacitação, habilitação continuada de recursos humanos para as urgências" (BRASIL, 2002 pg. 57).

Foi com o surgimento das unidades de SAV na década de 90 que, segundo Malvestio (2000), o enfermeiro passou a atuar nos serviços de APH no Brasil. Daí em diante, ele passou a ser integrante ativo da equipe de SAV, assumindo a corresponsabilidade pela assistência prestada às vítimas graves, realizando, as intervenções necessárias com o intuito de estabilizar a vítima, realização do transporte para o tratamento definitivo. Entretanto, ainda de acordo com Malvestio (2000), a atuação do enfermeiro no APH não se restringe apenas à assistência, devendo ele participar continuamente de cursos de capacitação pedagógica e técnica, visto que, tal qual afirma Azevedo (2002), além de atuar na prestação de socorro às vítimas em situação de emergência, também desenvolve atividades como instrutor nos programas de educação continuada, participa de revisão dos protocolos institucionais de atendimento, além de elaborar materiais didáticos para as equipes que devem ser qualificadas e constantemente treinadas.

Segundo Pereira e Lima (2009) o enfermeiro tem no APH o papel de articulador, que faz a integração da equipe e contribui na inter-relação entre seus diversos atores. Desse modo, tem ação em quase todos os setores do serviço, atuando junto às equipes de intervenção seja básica ou avançada, bem como, na educação permanente dos diversos atores do APH tanto os profissionais típicos da área da saúde, como os não oriundos da área da saúde, além de participar da supervisão e da administração dos serviços de APH. Portanto, o processo de melhoria e do reconhecimento das reais necessidades do serviço de APH, passa a ser, mas que uma responsabilidade de todos envolvidos no serviço, uma atribuição dos profissionais da área da saúde, na qual o enfermeiro é corresponsável para o alcance do objetivo primordial que é a excelência no atendimento à população.

Minha trajetória profissional possibilitou o despertar para o interesse pelas áreas de urgência, emergência e educação. Trabalhando no corpo de Bombeiros, tive a oportunidade de aplicar o conhecimento acumulado até então e contribuir para o aperfeiçoamento do serviço através do desenvolvimento de uma proposta para uma educação efetiva e permanente dos militares que estão inseridos no APH. De acordo com Ceccim (2004) a Educação Permanente em Saúde é fundamental para que ocorram transformações importantes no setor de APH, para que surjam profissionais que atuem de forma crítica, reflexiva, propositiva, comprometidos e tecnicamente competentes e respondam a altura, os anseios da população.

3 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica tipo exploratório e retrospectivo bibliográfico, com apreciação sistematizada e qualitativa, caracterizada por descrição, análise e correlação dos fatos e/ou fenômenos acerca do tema proposto, sem interferência do pesquisador no ambiente de pesquisa, com o objetivo de expressar o sentido do fenômeno e/ou fato, reduzindo a distância entre o real e a teoria. (GIL, 2002)

Empregou-se o estudo exploratório bibliográfico, utilizando-se de bibliografia impressa ou virtual, com apreciação sistematizada qualitativa elaborada intrínseca ao tema em foco, visando identificar os documentos e publicações científicas que enfocam o tema, o que possibilitou a obtenção do maior número possível de informações sobre o tema proposto.

Após a determinação do tema realizou-se pesquisa em bases dados virtuais em saúde e sites de procura como: LILACS, MEDLINE, SCIELO, BDNF e Bireme. Por meio de leitura exploratória de resumos e títulos, foi verificada a relevância das obras em relação ao tema proposto.

Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos científicos publicados no Brasil na língua portuguesa, no espaço de tempo compreendido entre 1999 a 2013. Os critérios de exclusão foram artigos científicos não disponibilizados na íntegra, em língua estrangeira e materiais que não correspondessem à temática de estudo.

Após a busca nos bancos de dados em diversos sites, obteve-se um total de 37 trabalhos científicos, que foram filtrados mediante leitura preliminar de títulos e resumos. Foi possível descartar 17 obras irrelevantes ao estudo; em seguida, iniciou-se a leitura crítica dos 22 trabalhos científicos restantes, e na sequência, logo após a seleção do material, iniciou-se a leitura analítica, por meio da leitura das obras selecionadas, o que possibilitou a organização das ideias por ordem de importância e relevância ao tema para alcançar os objetivos almejados inicialmente. Seguindo os passos descritos anteriormente, possibilitou-se a elaboração do presente trabalho.

4 RESULTADO E ANÁLISE

Tal com afirmam BARRETO, VIEIRA e PINHEIRO (2001) e Gentil, Ramos e Whitaker (2008), em resposta ao crescimento da violência urbana e dos casos de agravos súbitos de saúde, os quais têm ceifado muitas vidas e deixado mutiladas tantas outras, com forte impacto financeiro para o sistema público de saúde e o da previdência social, proliferou em todo país, diversos serviços de APH. Desses serviços, no Brasil vigoram, conforme afirma Ferrari (2006), dois modelos, um denominado de modelo americano, que tem por base a prestação dos serviços por pessoas não oriundas da área de saúde como exemplo o prestado por militares, que aqui se destacam os Bombeiros Militares, e o modelo Francês no qual predomina os profissionais oriundos da área da Saúde (Enfermeiros e médicos).

Assim como diz Ferreira (2004), o Bombeiro Militar é um indivíduo que pertence a uma instituição de assistência pública encarregada dentre outras coisas, a de combater incêndios, fazer salvamentos e socorrer acidentados em variadas ocorrências de causas diversas. O Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Pernambuco, do qual orgulhosamente faço parte, é um órgão ligado à segurança pública e que, apesar de prestar serviço de APH básico (SBV), ainda, não dispõe em seus quadros de funcionários profissionais da área de saúde (ao menos não classificado como tal) e, portanto, muito dos conhecimentos ministrados nos cursos de formação e atualização na instituição, são ministrados em tese, por pessoas leigas, ou seja, não oriundas da área da saúde.

O Bombeiro Militar, assim como é referido por Monteiro et al. (2006) é um ser que trás nas costas o fardo de ser considerado pela sociedade um herói, um salvador, que está pronto para resolver qualquer problema em matéria de sinistro. Contudo, nada mais é do que um ser humano, e como tal, não detém todo o conhecimento necessário para a satisfação das necessidades de socorro que a sociedade precisa. Ele como qualquer outro profissional necessita de apoio para seu aperfeiçoamento técnico e científico para que o serviço prestado por ele possa atingir o nível esperado pela sociedade. E é para preencher essa lacuna, que se faz necessária a atuação do enfermeiro que além de poder somar na prestação de assistência direta ao paciente grave sob risco de morte, irá contribuir com seu conhecimento científico no desenvolvimento de programas de educação continuada, no desenvolvimento e revisão dos protocolos institucional de atendimento, na elaboração dos materiais didáticos para as equipes de Bombeiros que devem ser

qualificadas e continuamente treinadas, e porque não dizer, elaborar, auxiliar e incentivar projetos de insumos tecnológicos para a área.

O fato de existir diversos profissionais (oriundos e não oriundos da área da saúde) no serviço de APH, por si só, traz à tona a necessidade de garantir-lhes habilitação formal, obrigatória e com renovação periódica para o exercício pleno e eficaz da atividade profissional. A participação de Enfermeiros na capacitação periódica e permanente de Bombeiros atuantes no serviço de APH vem ao encontro dessa problemática, trabalhando não só as questões de capacitação técnica, como também as do processo de trabalho.

Pois como foi dito, o sucesso dos serviços de APH começa com o reconhecimento da necessidade de se manter profissionais qualificados, que possam atuar de forma eficiente e responsável, nos diversos cenários. Para tanto, conforme proposto na portaria nº 2.048 do Ministério da Saúde, o ideal é desenvolver um Núcleo de Educação continuada em Urgências, nos moldes da citada portaria que proporcione a formação, capacitação e habilitação continuada de recursos humanos para as urgências. Acrescento ainda, que se desenvolva pesquisa para o aperfeiçoamento contínuo do serviço e o surgimento de novos conhecimentos e tecnologias para a área do APH, como por exemplo, o desenvolvimento de projetos de insumos tecnológicos como: elaboração de equipamentos para uso nas operações (imobilizadores, monitores de Sinais vitais (SSVV), equipamentos de corte e remoção, dentre outras), viaturas melhor adequadas ao serviço e EPIs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretende entre outras coisas, divulgar, sensibilizar e mobilizar esforços junto ao Comando do Corpo de Bombeiros e demais autoridades públicas, quanto a importância e necessidade da implementação de enfermeiros no serviço de APH, e com o auxílio deles, se implantar dentro da instituição, um núcleo voltado a educação continuada e ao desenvolvimento de protocolos de atuação e quem sabe, desenvolvimento de tecnologias que facilitem o serviço prestado pela instituição, além, é claro, de possibilitar e estimular a produção de novos conhecimentos.

Pois como todos sabem, no atual estágio da Globalização, o valor das instituições é basicamente representado pelos seus potenciais de manter-se atuante e competitivo, através de seu constante aperfeiçoamento técnico e científico. Na era da informação, o conhecimento tornou-se o principal ativo e o diferenciador competitivo entre as companhias.

O paradigma aqui proposto terá como resultados cabalísticos, as ações capazes de fomentar alterações positivas no perfil profissional e cultural do Efetivo desta tão importante instituição, acarretando conseqüentemente, a elevação da qualidade do serviço prestado à população.

Em um mundo globalizado no qual o avanço tecnológico e científico cresce em um ritmo frenético, a contínua atualização de conhecimentos tornou-se indispensável para a manutenção do sistema social e único caminho para se manter competitivo e atuante no mercado de trabalho. Pensando dessa forma é que as maiores empresas do mercado investem grandes somas de capital para aperfeiçoamento de seus quadros de pessoal, na busca incessante da melhoria de seus produtos e serviços.

Por outro giro, a implementação de enfermeiros no serviço de APH do Corpo de Bombeiros além de ser uma estratégia permanente de credibilidade dos serviços, articulada ao planejamento institucional, a qual promoverá a transformação da realidade e seus determinantes, fundamentada na educação permanente, no processamento de situações - problema, extraídas do espaço de trabalho, irá contribuir diretamente nas intervenções em que requer manobras invasivas, de maior complexidade.

Contudo a melhor contribuição da operacionalização do referido projeto será poder conferir meios para o aperfeiçoamento técnico, intelectual, moral e cultural ao efetivo do Corpo

de bombeiros atuantes no serviço de APH, e mais ainda em se colocar a disposição da sociedade um serviço de alta relevância técnica e poder resolutivo, calcadas em uma mentalidade ética, moral e responsável.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Rodrigo de Souza; SANTOS, Maria Regina dos. Atuação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar móvel. **Revista Mineira de Enfermagem**, Minas Gerais, v. 16.4, p.601-608, out/dez. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/567>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

AZEVEDO, Tânia Maria Vargas Escobar. Atendimento pré-hospitalar na Prefeitura do Município de São Paulo: análise do processo de capacitação das equipes multiprofissionais fundamentada na promoção da saúde [dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2002.

BARRETO, Sérgio Menna; VIEIRA, Sílvia Regina Rios; PINHEIRO, Cleovaldo Tadeu dos Santos. **Rotinas em terapia intensiva**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 694 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Portaria n.º 2048/GM de 5 de novembro de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 814/GM, de 1º de junho de 2001. Estabelece o conceito geral, os princípios e as diretrizes da regulação médica das urgências. Brasília: Ministério da Saúde; 2001. Disponível em:<http://www.samu.fortaleza.ce.gov.br/legislacao/Portaria_GM_814.pdf> Acesso em: 17 jan. 2014.

CECCIM, Ricardo Burg.; Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v.9, n.16, p.161-177, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2014.

CICONET, Rosane Mortari; MARQUES, Giselda Quintana e LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Educação em serviço para profissionais de saúde do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): relato da experiência de Porto Alegre-RS. 2008, vol.12, n.26, pp. 659-666. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a16.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

FERRARI, D. História da ambulância. *Revista Intensiva*. 2006;4:132.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda (Autor). Novo Dicionário Eletrônico Aurélio Versão 5.0 Curitiba: Positivo Informática LMTA, 2004.

GENTIL, Rosana Chami; RAMOS, Laís Helena; WHITAKER, Iveth Yamaguchi. Capacitação de enfermeiros em atendimento pré-hospitalar. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, Apr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n2/pt_04>. Acesso em: 02 jan. 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas; 2002.

LOPES, Sérgio Luiz Brasileiro; FERNANDES, Rosana Joaquim. Uma breve revisão do atendimento médico pré-hospitalar. Medicina, Ribeirão Preto, 32: 381-387, out./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/viewFile/7740/9278>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

MACHADO, Joceméri Juliana, Cascavel -2007 - Serviço de atendimento móvel de urgência-samu/192: o enfermeiro diante do atendimento pré-hospitalar: Disponível em:<http://www.fag.edu.br/tcc/2007/Enfermagem/servico_de_atendimento_movel_de_urgencia_samu_192_o_enfermeiro_diante_do_atendimento_pre_hospitalar.pdf> Acesso em: 04 jan. 2014.

MALVESTIO, Marisa Aparecida Amaro. Suporte avançado à vida: análise da eficácia do atendimento a vítimas de acidentes de trânsito em vias expressas [dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2000.

MARTINEZ-ALMOYNA, Miguel; NITSCHKE, Cesár Augusto Soares. Regulação médica dos serviços de atendimento médico de urgência - SAMU [Internet]. Florianópolis: Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina; 1999 . Disponível em:<http://www.saude.sc.gov.br/geral/orgaos_vinculados/samu/Manual%20de%20Regula%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%A9dica%20de%20Urg%C3%Aancia.pdf> Acesso em: 17 jan. 2014.

MARTINS, Pedro Paulo Scremin. Atendimento pré-hospitalar : atribuição e responsabilidade de quem? Uma reflexão crítica a partir do serviço do corpo de bombeiros e das políticas de saúde “para” o Brasil à luz da filosofia da práxis. Florianópolis, 2004. 264 f. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21552258/Atendimento-pre-hospitalar-Atribuicao-e-Responsabilidade-de-Quem>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MONTEIRO, Janine Kieling et al. Bombeiros: Um Olhar Sobre a Qualidade de Vida no Trabalho. Psicologia Ciência e Profissão, Porto Alegre, p.554-565, 24 out. 2006. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

PERNAMBUCO (Estado). DECRETO Nº 22.149, DE 23 DE MARÇO DE 2000. Aprova o Regulamento da Secretaria de Defesa Social - SDS, e dá outras providências. Pernambuco, 2000.

PEREIRA, Waleska Antunes Porciúncula; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. O trabalho em equipe no atendimento pré-hospitalar à vítima de acidente de trânsito. Rev Esc Enferm USP. 2009; 43(2):320-7.

RAMOS, Viviane Oliveira; SANNA, Maria Cristina. A inserção da enfermeira no atendimento pré-hospitalar: histórico e perspectivas atuais. . in: Revista Brasileira de Enfermagem [On-line] 2005, 58 v. 58, p. 355 - 360: Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019628021>> ISSN 0034-7167 Acesso em: 17 jan. 2014.

RIBEIRO, Kelly Pina. O enfermeiro no serviço de atendimento ao politraumatizado. In: FREIRE, Evandro (Ed.). Trauma: a doença dos séculos. São Paulo: Atheneu, 2001. v. 2, cap. 34, p. 499-508.